

O Coronel Silva e Sousa e o Centenário de sua Morte

Fernando Câmara

Depois de uma longa ausência da tribuna desta Casa, é com muita honra e satisfação que volto a ocupá-la, na qualidade de palestrante do dia, conforme pauta estabelecida para o corrente exercício.

Entusiasta da tradição histórica de meus antepassados, os quais tenho procurado recordar em nossas Convenções, anualmente realizadas em diferentes cidades da hinterlândia cearense, não poderia deixar de evocar hoje a figura de um dos seus mais respeitados membros — Coronel Antônio Rodrigues da Silva e Sousa — o Capitão Silva, como tornou-se conhecido em sua época, ou o Padrim Silva, como gostava de ser tratado na intimidade da família, tendo em vista a decorrência do centenário de seu falecimento, verificado no dia 18 de junho último.

Era Coronel da Guarda Nacional e Chefe do Partido Liberal em Quixeramobim, substituindo nesta função o seu parente, Manuel Torres Câmara, que juntamente com o Cônego Antônio Pinto de Mendonça foram os representantes políticos do Senador Pompeu naquele município sertanejo.

Antes de penetrar em sua vida, gostaria de relembrar um pouco da história de seus antepassados, partindo do Alferes Simão Rodrigues de Sousa, seu trisavô paterno, natural da antiga vila das Alagoas do Sul, hoje cidade de Marechal Deodoro e relacionada por Joaryvar Macedo em seu importante trabalho ALAGOAS E O

BISPADO DO MARANHÃO NA GÊNESE DO CARIRI (Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense, N.º 9, Edição de 1982) como sendo um dos 171 alagoanos que se fixaram no Cariri no decurso do século XVIII.

Sobre o assunto, vejamos o que diz o nosso atual Secretário de Cultura, considerado um dos maiores estudiosos da saga do Cariri Cearense, descendente também do mencionado Alferes Simão Rodrigues de Sousa:

“Os nossos historiadores costumam destacar uma predominância de pernambucanos, baianos e sergipanos nas raízes do povoamento do Cariri Cearense.

Outros contingentes, contemporâneos daqueles, procedentes de três velhas Capitanias do Vale sanfranciscano, ficaram sempre relegados a segundo plano, como se o seu concurso de humanização dessa área do Ceará fosse de íntima significação. Falou-se por exemplo de ‘pequena cota de portugueses’ e ‘reduzida cota de potiguares’ dos quais já apresentamos cálculos superiores aos de sergipanos encontrando na arquévea regional quase quatrocentos lusos e mais de duzentos norte-rio-grandenses, presentes também, eles, nos núcleos humanos primitivos da colonização caririense.

No vertente esboço, cuidaremos de registrar, documentada e, portanto apoditicamente, os colonizadores oriundos de Alagoas e do antigo Bispado do Maranhão, fixados no Cariri Cearense, no decurso do século XVIII.

Quanto aos alagoanos, cuja participação efetiva na conquista, ocupação e formação social da zona é incontroversa, chegados ao extremo sul do Ceará, de mistura também com os sergipanos, quiçá tenham perlostrado eles os mesmos caminhos destes, assim presumidos pelo Padre Antônio Gomes de Araújo que, a fundo, estudou o assunto, excetuada a travessia do São Francisco, do qual estavam aquém: “Partiram no Ceará, do eixo social distribuidor do Rio Jaguaribe, e pelo Salgado, atingiram esta região.”

Originavam-se eles das poucas e mais antigas localidades alagoanas, depois divididas e subdivididas em tantas outras, civil-eclesiasticamente, sobretudo das seguintes: Vila ou Freguesia das Alagoas ou das Alagoas do Sul, atual Marechal Deodoro e primitiva Capital; Vila ou Freguesia do Penedo; Porto de Calvo; Freguesia de Nossa Senhora do Ó do Rio de São Francisco ou do Rio de Baixo, que já era curato em 1685.”

O Alferes Simão Rodrigues de Sousa foi, portanto, segundo o Historiador Joaryvar Macedo, “um desses pioneiros estabelecidos no Cariri Cearense ao longo do século XVIII, o da gênese social e formação histórica dessa região, a cuja raça legaram eles o seu sangue e o exemplo criador, integrando vários deles a aristocracia rural de importantes núcleos humanos, então dispersos por diferentes recantos do vale.”

Chegado ao Cariri em companhia da esposa Úrsula Paes Landim, alagoana, tenho conhecimento da existência de apenas dois filhos do casal, ambos naturais da antiga Vila das Alagoas do Sul, de onde vieram com os pais.

Capitão José Paes Landim, que casando com a baiana Geralda Rabelo Duarte, fixou-se também naquela região e foram os antigos proprietários do Engenho Santa Teresa, localizado entre os atuais municípios de Missão Velha e Barbalha.

A prole desse casal foi minuciosamente estudada por Joaryvar Macedo, figurando entre sua numerosa descendência os consócios Antônio Martins Filho, atual Presidente desta Casa, seus irmãos Cláudio e Fran Martins, o saudoso José Denizard Macedo de Alcântara, além do nosso Secretário de Cultura.

O outro filho do casal, Simão Rodrigues de Sousa, detentor do mesmo nome do pai e de seu pionerismo, não permaneceu no Cariri, preferindo estabelecer-se no Icó, ali contraindo núpcias com Antônia Fernandes, de quem houve a seguinte prole:

- 1.º) — José Rodrigues de Sousa, casado aos 3 de fevereiro de 1773 com Angela Paes Rabelo, filha do Alferes Manuel Paes Landim e Maria José de

Azevedo, sendo neta paterna do Capitão José Paes Landim e Geralda Rabelo Duarte;

2.º) — Isabel Maria Rodrigues ou Isabel Rodrigues da Conceição, esposa do Capitão Manuel Carlos da Silva e pais de:

- a) Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha, antigo visitador da Província do Ceará e segundo vigário colado do Crato;
- b) Nazário Carlos da Silva Saldanha, casado com Margarida Martins de Moraes;
- c) Manuel Carlos da Silva Saldanha, casado com Antônia Pereira de Alencar, irmã da heroína Bárbara de Alencar;
- d) Alexandre da Silva Saldanha, casado com Josefa Pereira de Alencar, e também irmã da mesma heroína cearense;

3.º) — Simão Rodrigues de Sousa (homônimo do pai e avô paterno), casou-se na cidade de Icó, em 8 de janeiro de 1780 com Josefa Francisca Gomes, filha do Capitão Alexandre da Silva Peixoto e Ana Maria do Carmo.

Conforme se verifica, já temos três Simão Rodrigues de Sousa na ascendência do Cel. Antonio Rodrigues da Silva e Sousa: o alferes alagoano, que foi um dos colonizadores do Cariri Cearense, o seu filho que se estabeleceu no Icó e ali constituiu família e agora o neto que, casando-se com a icoense Josefa Francisca Gomes, vem radicar-se no antigo Riacho do Sangue, hoje cidade de Jaguaratama, onde nasceu o único filho do casal de cuja existência tenho conhecimento: Manuel da Silva e Sousa.

É interessante se observar o pioneirismo desta família, cada geração procurando se estabelecer em diferentes regiões, como ocorreu também com Manuel da Silva e Sousa, o qual, deixando o antigo Riacho do Sangue, vem fixar-se em Quixeramobim, ali contraindo núpcias no dia 18 de outubro de 1815 com Maria Francisca

Gondim, conforme assentamento existente no livro n.º 2 daquela Paróquia e de cuja união conjugal nasceram quatro filhos, a saber:

- 1.º) — Francisca Angelica Gondim, que casou com Manuel Joaquim de Magalhães;
- 2.º) — Ana Angelica da Silva, nada sabemos a seu respeito;
- 3.º) — Cel. Antônio Rodrigues da Silva e Sousa, nosso homenageado de hoje, nascido em Quixeramobim no dia 16 de abril de 1824, casado com Ana Joaquina da Rocha e Melo, filha de Miguel Alves de Melo Câmara e Maria Joaquina da Rocha e Melo;
- 4.º) — Maria Ivo de Torres Câmara, que se casou no dia 29 de dezembro de 1847 com Manuel Monteiro e foram pais de Francisco Ivo de Oliveira e Silva e Maria Ivo de Oliveira e Silva, esta última minha bisavó paterna.

Chegamos, assim, à geração do Coronel Antônio Rodrigues da Silva e Sousa, meu trisavô paterno, cujo centenário de falecimento decorreu no dia 17 de junho último, e que, ao contrário de seus antepassados, não emigrou para outras regiões, preferindo permanecer em nosso Quixeramobim, onde constituiu família e participou ativamente da vida pública do município, tornando-se através dos anos uma das mais benquistas e prestigiosas figuras, além de ser detentor de sólida fortuna, em terras, escravos, gado e ouro.

Mas, antes de atingir esta condição social, enfrentou também adversidades e provações, começando logo em sua infância, quando aos seis anos de idade perde prematuramente a sua genitora, Maria Francisca Gondim, falecida em 29 de setembro de 1830, vítima de um parto malsucedido.

Depois, aos 16 anos, em plena adolescência, perde também o pai, Manuel da Silva e Sousa, falecido no dia 4 de julho de 1840.

Caberia a Manuel Torres Câmara e esposa, Francisca Angelica Gondim, esta irmã de sua genitora, assumirem a responsabilidade na educação e formação moral e espiritual do sobrinho, o que fizeram com todo desvelo e carinho. Havia um motivo especial para esta afeição, pois, além do parentesco que os unia, o casal não tinha filhos, e mais tarde, Manuel Torres Câmara faria do sobrinho seu sucessor natural na chefia do Partido Liberal em Quixeramobim, função esta desempenhada com muita competência e responsabilidade.

Ao atingir os 24 anos de idade resolveu unir o seu destino ao da jovem Ana Joaquina, filha de Miguel Alves de Melo Câmara (norte-rio-grandense e tronco da família Câmara em Quixeramobim), e de Maria Joaquina da Rocha e Melo.

O casamento pode ter sido fruto de entendimentos entre Manuel Torres Câmara e Miguel Alves de Melo Câmara, como era costume naquela época, mas uma coisa é certo, o Cel. Silva e Sousa idolatrava a sua esposa Ana Joaquina e usou o sobrenome Câmara em seus filhos, quando o certo seria Silva e Sousa, ou Câmara e Sousa, e não Silva Câmara como o fez.

Outra prova de afeição e fidelidade ele demonstraria a sua esposa amada, quando esta em pleno verdor dos anos figuraria entre as vítimas fatais da terrível cólera-morbo que dizimava indistintamente a população cearense.

O infausto acontecimento, verificado no dia 30 de junho de 1862, o abateu profundamente, e embora só contando na oportunidade com 38 anos de idade e todos os filhos menores, não contraiu novas núpcias, preferindo manter-se na viuvez, fiel a inesquecida esposa, tornando-se, então, um homem meditativo e solitário, evitando participar de acontecimentos sociais, vivendo praticamente para os filhos e seus negócios.

O mesmo não aconteceu com o sogro Miguel Alves de Melo Câmara, que enviuvando de sua primeira esposa, Maria Joaquina de Melo Câmara, convolou novas núpcias com Antônia da Mota e Sousa, viúva do Major João Bernardes da Cunha e figurando como

testemunhas do ato religioso, o próprio genro, Cel. Antônio Rodrigues da Silva e Sousa e Manuel Torres Câmara.

Aliás, até hoje não consegui descobrir o parentesco existente entre Miguel Alves de Melo Câmara e Manuel Torres Câmara, o abastado proprietário da antiga Fazenda Muxuré em Quixeramobim, também rio-grandense do norte e sempre presente nos principais acontecimentos sociais da vida do primeiro, como em batizados, casamentos e outras ocorrências.

Do feliz enlace matrimonial do Cel. Antônio Rodrigues da Silva e Sousa com Ana Joaquina da Silva Câmara houve os seguintes filhos:

- 1.º) — Dr. Antônio Rodrigues da Silva e Sousa Filho, nascido em 1849 e conhecido na família pelo nome de Dr. Totó. Era magistrado tendo sido Juiz Municipal em Quixeramobim e Juiz de Direito em Lavras da Mangabeira. Casou-se com Maria Luiza Pinto de Mendonça e faleceu em 1887, sem deixar descendência;
- 2.º) — Heráclito Zábulon da Silva Câmara, meu bisavô paterno, nascido em 11 de dezembro de 1850 e casado com a prima Maria Ivo de Oliveira Câmara, filha de seus tios Manuel Monteiro de Oliveira e Maria Ivo de Oliveira Câmara, esta, irmã de seu pai.
Faleceu em Fortaleza vítima de beribéri, às 11 horas da noite de 30 de dezembro de 1872, deixando dois filhos menores: o meu avô paterno Manuel Fenelon da Silva Câmara e o seu irmão Antônio Zábulon da Silva Câmara, este último pai do Juiz aposentado Dr. José Ósimo da Silva Câmara e avô paterno do Deputado Antônio Câmara;
- 3.º) — Maria Anália Benvinda da Silva Câmara, falecida solteira em 21 de março de 1877, com mais de 20 anos de idade;

4.º) — Cel. Probo da Silva Câmara, nascido em 7 de abril de 1854 e casado com a prima Maria Ivo de Oliveira Câmara, viúva de seu irmão Heráclito Zábulon, casamento este por recomendação de seu próprio pai que desejava amparar a sobrinha e nora e também impedir que o ouro saísse da família. . .

Dessa união conjugal resultou apenas uma filha de nome Ana, falecida com poucos dias de nascimento.

Com a morte da esposa ocorrida em 13 de dezembro de 1876, o Cel. Probo emigrou para Campina Grande, ali contraindo núpcias com Hortência Cavalcanti de Albuquerque, de quem houve numerosa descendência. Naquela cidade paraibana tornou-se um abastado empresário, inaugurando em 1912 o Cineteatro Apolo, de sua propriedade e o mais importante em sua época. Já viúvo de sua segunda esposa, faleceu em 28 de julho de 1919.

5.º) — Dr. José Bonifácio da Silva Câmara, nascido em 29 de abril de 1855 e casado com Maria Correia da Silva Câmara (Tia Marocas), esta nascida em 1.º de setembro de 1862 e falecida centenária no dia 11 de junho de 1963. Era Bacharel em Direito, tendo sido Juiz nas cidades de Pacatuba e Maranguape. Abandonando a magistratura, foi Professor da antiga Faculdade de Direito do Ceará. Faleceu em nossa Capital, no dia 7 de julho de 1925, deixando numerosa e ilustre descendência;

6.º) — Elvira Clotilde da Silva Câmara, nascida em 22 de abril de 1856 e que contraiu núpcias em 2 de fevereiro de 1873 com o primo Francisco Ivo de Oliveira e Silva, irmão de sua cunhada

Maria Ivo de Oliveira Câmara; com a sua morte ocorrida em Quixeramobim no dia 6 de agosto de 1901, o seu esposo matrimoniou-se pela segunda vez, deixando descendência de ambos casamentos;

7.º) — Miguel Alves da Silva Câmara, nascido em 24 de outubro de 1857 e radicando-se em Maranguape, tornou-se tronco dessa família naquela cidade, onde casou-se com Porfíria Correia da Silva Câmara, irmã de sua cunhada, Maria Correia (Tia Marocas).

Há uma coincidência interessante na vida de sua esposa: ela nasceu no dia 24 de junho de 1864, casou-se no dia 24 de junho de 1881 e faleceu no dia 24 de junho de 1930.

Miguel Alves da Silva Câmara faleceu no dia 14 de janeiro de 1924 e hoje Maranguape tem como Prefeito Municipal o seu bisneto, Pedro Pessoa Câmara e já foi administrado duas vezes pelo seu neto Antônio Botelho Câmara, mostrando isto que a política continua sendo uma das tradições de nossa família.

8.º) — Amélia, falecida de febre maligna, em 31 de março de 1860, contando apenas nove meses de idade.

O falecimento dos filhos Heráclito, Zábulon e Maria Anália Benvinda, em plena mocidade, abateu ainda mais o espírito deste meu trisavô paterno e se ele tivesse vivido dois anos mais, passaria por outra grande provação em sua existência já tão sofrida: a morte do primogênito, Dr. Antônio Rodrigues da Silva e Sousa Filho (Dr. Totó), de maneira um tanto misteriosa, pois o médico que o atendeu em sua rápida enfermidade se casaria logo depois de sua morte com a viúva!

Empresário bem sucedido em seus negócios, dirigia a firma Câmara & Silva, de grande conceito na praça cearense e, na política, desfrutava de invejável prestígio em sua agremiação partidária, mantendo com os seus adversários do Partido Conservador um clima de cordialidade e respeito.

Temos um exemplo edificante deste seu comportamento político: quando em 10 de fevereiro de 1873 casou a sua única filha, Elvira Clotilde, com Francisco Ivo de Oliveira e Silva, figurou como padrinho do ato religioso o Coronel Hermenegildo Furtado de Mendonça e Meneses, seu ilustre opositor político e chefe do Partido Conservador em Quixeramobim. Um gesto nobre que bem revela a grandeza de seu coração e deveria servir de exemplo para o mundo político de nossa atualidade!

Desfrutando de uma situação econômica das mais privilegiadas e de um prestígio incontestável, o Coronel Silva e Sousa era um homem modesto e sem ambição pessoal. Jamais se candidatou a um cargo de destaque e a única função legislativa que desempenhou na vida pública foi a de vereador da Câmara de Quixeramobim, onde teve atuação das mais destacadas.

Não colocou no dedo o anel de bacharel em Direito e nem chegou a frequentar cursos superiores ou faculdades, mas era detentor de uma oratória eloqüente e de profundo conhecimento das leis, que o credenciaram a militar no foro da Comarca de Quixeramobim, designado muitas vezes pelos seus Juizes, para defender réus submetidos ao júri de nossa cidade natal.

Há um interessante episódio verificado em sua vida forense: quando do rumoroso crime de Maria Francisca de Paula Lessa, a famosa "DONA GUIDINHA DO POÇO" do romance de Oliveira Paiva, coube ao delegado Miguel Alves de Melo Câmara efetuar a prisão desta mulher que mandara matar o próprio esposo, e depois, no julgamento do réu Manuel Ferreira do Nascimento, vulgo Corumbé, o então Juiz de Direito e mais tarde Desembargador do Tribunal de Relação do Ceará, Francisco de Assis Bezerra de Meneses, nomeou o Cel. Antônio Rodrigues da Silva e Sousa para advogado de defesa do criminoso.

Assim, enquanto o sogro prendia a mandante do crime, o seu genro defendia o criminoso que executava as suas ordens...

Em seu sobrado, localizado na atual Praça Nossa Senhora de Fátima e posteriormente adquirido e demolido pelo novo proprietário José Simão, que ali edificou sua residência, o Cel. Silva e Sousa viveu solitariamente os seus últimos dias, tendo como governanta de casa uma antiga escrava que minha mãe ainda conheceu em sua mocidade.

O ano de 1885 soou para ele como o de sua despedida deste mundo menor, depois de cumprir maravilhosamente sua missão terrena e cujo acontecimento verificou-se precisamente no dia 18 de junho, conforme assentamento no Livro de Óbitos n.º 07, da Paróquia de Quixeramobim:

“Aos dezoito de junho de mil oitocentos e oitenta e cinco faleceu da vida presente o Coronel Antônio Rodrigues da Silva e Sousa, viúvo de Dona Ana Joaquina da Silva Câmara, com sessenta e um anos de idade, e no dia seguinte foi sepultado no cemitério público desta cidade, encomendado por mim. E para constar fiz este assento que assino. a) O Vigário Salviano Pinto Brandão.”

A modéstia deste meu ilustre antepassado continuaria também depois da morte, pois até hoje não consegui descobrir o local de sua sepultura no cemitério de Quixeramobim.

Dele não existe mesmo nenhum túmulo no campo santo de minha cidade natal, o que me faz acreditar haver deixado disposições neste sentido.

Senhor Presidente e Senhores Consócios,

Na qualidade de palestrante da reunião de hoje, fiz questão de evocar e homenagear a figura marcante deste meu ilustre antepassado, tendo em vista a decorrência do centenário de sua morte no dia 18 de junho último.

A sua vida já pertence a história mas o seu nome permanece vivo no coração de sua numerosa descendência, como um exemplo de dignidade e honradez que o Cel. Antônio Rodrigues da Silva e Sousa tão bem representou!

A N E X O S :

DOCUMENTOS DO CEL. SILVA E SOUSA

- Registro de Nascimento
- Certidão de Casamento
- Registro de Óbito.

Fernando Câmara
Fort.(CE), junho/85

CERTIDÃO DE BATISMO

CERTIFICO que, revendo os livros de assentamentos de batizados da Paróquia de Quixeramobim, arquivados nesta Cúria Diocesana, encontrei no de n.º 10, fls. 170v, o do seguinte teor: “Aos quatro de Maio de mil oitocentos e vinte e quatro, nesta Matriz de Quixeramobim, o Padre Francisco Serafim de Assis batizou e pôs os Santos Óleos, o párvulo ANTONIO, nascido a dezesseis de abril do dito anno, filho legítimo de Manuel da Silva Souza e de Da. Maria Francisca Gondim desta freguesia. Forão padrinhos o Sargento-Mor João Bernardes da Cunha e D. Francisca Maria Carolina de Paula, por sua procuradora D. Maria de Nazareth Bezerra; de que fiz este termo para constar, em que assinei. A) O Vigário João Roiz Leites.”

Nada mais continha o referido termo que foi fielmente copiado do original a que me reporto,

Quixadá, 25 de outubro de 1978

Mons. Luiz Braga Rocha
Vigário-Geral

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, revendo os livros de assentamentos de casamentos da Paróquia de Quixeramobim, arquivados nesta Cúria Diocesana, encontrei no de n.º 05, fls. 62, o do seguinte teor: “Aos vinte e cinco d’Abril de mil oitocentos e quarenta e oito, nesta Villa, preenchidas as formalidades do Direito o Revmo. Visitador Antonio Pinto de Mendonça assistio ao contrato matrimonial, e deo as benções nupciaes aos nubentes Antonio Rodrigues da Silva Sousa, e Anna Joaquina da Roxa e Mello, naturais e moradores desta Freguesia, esta filha legítima de Miguel Alves de Mello Camera, e Maria Joaquina da Roxa e Mello, a aquelle filho legítimo de Manoel da Silva Sousa, e Maria Francisca Gondim: forão testemunhas Manoel de Torres Camera, e João Bernardes da Cunha, do que para constar, fiz este termo que assigno. a) O Vigário Subst. José Jacincto Beserra.”

Nada mais continha o referido termo que foi fielmente copiado do original a que me reporto.

Quixadá, 25 de outubro de 1978

Mons. Luiz Braga Rocha
Vigário-Geral

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que, revendo os livros de assentamentos de óbitos da Paróquia de Quixeramobim, arquivados nesta Cúria Diocesana, encontrei no de n.º 07, fls. 56, o do seguinte teor: “Aos dezoito de Junho de mil oitocentos e oitenta e cinco faleceu da vida presente o Coronel Antonio Rodriguez da Silva Souza, viuvo de Dona Anna Joaquina da Silva Camara, com sessenta e um annos de idade; e no dia seguinte foi sepultado no cemiterio publico

d'esta cidade, encommendado por mim. E para constar fiz este as-
sento que assigno a) O Vigário Salviano Pinto Brandão.”

Nada mais continha o referido termo que foi fielmente copia-
do do original a que me reporto.

Quixadá, 11 de outubro de 1978

Mons. Luiz Braga Rocha
Vigário-Geral